

Entre Tradição e Inovação: percursos da história da educação de uma instituição jesuíta (Unisinos - 1953-2016)

Luciane Sgarbi Santos Grazziotin¹
Viviane Klaus¹

¹Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo/RS – Brasil

RESUMO – Entre Tradição e Inovação: história da educação de uma instituição jesuíta (Unisinos - 1953-2016). Historicizar uma instituição educativa implica compreender, sobretudo, as circunstâncias históricas e as relações estabelecidas com a comunidade no processo de sua constituição. O presente artigo busca abordar aspectos relacionados às concepções de *tradição* e *inovação* como dois enfoques que se articulam aos preceitos de uma instituição Jesuíta, a qual se reinventa por meio do tripé ensino/pesquisa/extensão. Tal reinvenção é tematizada neste artigo a partir da historicidade da instituição e do Curso de Pedagogia, o que permite problematizar continuidades, descontinuidades e rupturas.

Palavras-chave: História das Instituições Educativas. Tradição e Inovação. Ensino, Pesquisa e Extensão.

ABSTRACT – Between Tradition and Innovation: history of a Jesuit institution concerning education (Unisinos - 1953-2016). Historicizing an educational institution implies to understand, over all, the historical circumstances and the relations established with the community in the process of its constitution. This paper seeks to address aspects related to the conceptions of *tradition* and *innovation* as two approaches that are articulated to the precepts of a Jesuit institution, which reinvents itself by means of the education/research/outreach tripod. Such reinvention brought up in this article is based on the historicity of the institution and the Pedagogy Course, which allows the problematizations of continuities, discontinuities and ruptures.

Keywords: History of Educational Institutions. Tradition and Innovation. Education, Research and Outreach.

Introdução

No embalo do ritmo e da dinâmica da História, passou-se do Ensino Fundamental para o Médio e deste para o Superior. A ninguém veio a ideia de virar a página e enveredar por uma direção totalmente nova, mas avançar, escrevendo sempre novas páginas (Rambo, 2009, p. 48).

Inspirado nas palavras de Rambo, o estudo aqui desenvolvido envolve uma dimensão historiográfica e tem, em sua centralidade, a análise do processo de criação da Unisinos como uma instituição de ensino superior, vinculada à ordem Jesuíta, pautada em concepções de ensino que têm como base a Pedagogia Inaciana, cuja gênese é a *Ratio Studiorum*¹, documento célebre da Ordem.

Com as reflexões propostas nesse estudo, pretendemos construir certa dimensão de originalidade, uma vez que propusemos um contraponto entre duas questões que vêm sendo discutidas na Contemporaneidade, a saber: tradição e inovação. No entanto, não se tem a certeza do êxito de tal pretensão, sabedoras que somos de que muitos estudos já foram realizados em torno dessa instituição e, em consequência desses, diversas obras foram publicadas. Tais obras constituem-se em livros, teses, coletâneas de informações sistematizadas, artigos em revistas, artigos em periódicos, dentre tantos estudos que foram produzidos ao longo de mais de um século de história – não só concernentes à Unisinos como instituição voltada ao ensino superior, mas abordando também seus primórdios, com a criação do Colégio Conceição de São Leopoldo, em 1869, até 1969, com a fundação da Unisinos. Essa história constituiu-se num processo que, até os dias de hoje avança de diferentes maneiras e, sobre o qual, acreditamos, é possível escrever novas páginas.

É importante esclarecer que as obras já escritas se constituíram como documentos históricos e/ou como bibliografia para este estudo. Levando esses elementos em consideração, temos o objetivo de produzir uma análise sobre a *Tradição* Jesuíta articulada a alguns pressupostos de *Inovação*.

Aos olhos de muitos, esses dois aspectos podem se constituir em um paradoxo. Nesse artigo, pretendemos tematizar esses dois conceitos, colocando-os como aliados, descentrados, portanto, de concepções, de modo geral, equivocadas que os colocam como uma aporia.

Para escrever um artigo que se insere na temática da História das Instituições de Ensino, foi fundamental uma profunda reflexão relacionada aos caminhos que elegemos para produzir essa História. Fez-se necessária, ainda, uma reflexão criteriosa sobre as escolhas feitas para tematizar, em poucas páginas, a história de uma instituição que forma professores há mais de um século. Que documentos selecionar? Que discussões serão priorizadas dentre o vasto repertório de possibilidades que nos fornecem as fontes selecionadas? Justino Magalhães indica al-

gumas pistas, quando propõe alternativas sobre a pesquisa relacionada à temática das Instituições de Ensino no campo da História da Educação, afirmando que:

Genericamente, historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os ‘compromissos’ sociais como condição instituinte, de regulação, e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (Magalhães, 2004, p. 58).

Pensando nas palavras do autor, a pergunta que se interpõe é: como compreender e explicar os processos e os compromissos sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, que já não tenham sido tematizados sobre uma instituição jesuíta? Considerando as inúmeras possibilidades, foi consenso a discussão centrada nos aspectos relacionados à tradição, um substantivo que, nesse caso, transforma-se em adjetivo. A tradição do ensino Jesuíta implica, quase que necessariamente, a discussão de seu legado à educação. Mas a necessidade de um contraponto imediatamente se impôs. Desse modo, como já afirmado anteriormente, elegeram-se como argumento desse artigo a aparente dicotomia que envolve as noções de *tradição* e *inovação* como questões que se desenvolvem e se reinventam no “[...] tecido da história [que] é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos” (Veyne, 1998, p. 42).

A palavra tradição, segundo o Dicionário do Pensamento Social do século XX, “[...] vem do verbo latino *tradere*, que significa entregar, transmitir, legar a geração seguinte” (Outhwaite; Bottomore, 1996, p. 777). Embora pudesse relacionar-se a questões triviais, gradualmente passa a ser entendida como algo do passado de valor incomum para o presente e, presumivelmente, para o futuro. Segundo a mesma fonte, é um erro pensar nas tradições como inerentemente estáticas e sempre inclinadas à imobilidade. É nesse sentido – como algo que não é estático nem imóvel e que, portanto, pode avançar e inovar – que analisamos uma formação com preceitos humanistas da instituição em questão.

Em estreita articulação com a *tradição*, está o conceito de *inovação*, que se origina do latim *innovatio/innovationis* (Cunha, 2007, p. 552), na perspectiva de que

As coisas, palavras, pensamentos, teorias, práticas educacionais não existem por si sós, não estão fixadas, eternas, universais. Elas não são. Ou melhor: são à medida e somente à medida que se fazem, à medida que se revelam como um por-fazer, como um esforço de conquista e de reconquista dos percursos da educação. É assim, conquistando e reconquistando, que se dá o jogo de herdar e de legar, de herdar e de transmitir, de receber e de entregar, e é assim que se faz verdadeiramente a história da Peda-

gogia e do currículo. Conquista-se e reconquista-se o que se herda, para que assim se torne verdadeiramente nossa herança, com a qual faremos outras coisas, diferentes, inéditas, novidadeiras, para também deixá-las de herança àqueles que virão depois de nós (Corazza, 2005, p. 12).

Falar em inovação, portanto, é “[...] falar de uma fidelidade criativa em relação às origens. É, por conseguinte, pôr em jogo nossa imaginação e criatividade para esboçar o desejável que queremos construir” (Remolina, 2005, p. 22). Tais construções tornam-se possíveis na medida em que tradição e inovação são pensadas dentro da tessitura histórica que dá sustentação para que coisas sejam feitas em determinados momentos, a partir de um conjunto de condições de possibilidade.

Em se tratando da Companhia de Jesus, o documento que, acredita-se, está imerso em um ideário de tradição quando se trata de educação, é o *Ratio Studiorum*, cuja análise já indica elementos do argumento que elegemos. Embora tal documento seja, possivelmente, a personificação dos pressupostos que inspiraram e construíram o que se conhece hoje como Educação Moderna, ainda assim, nele se encontram aspectos que podem ser considerados inovadores já no século XVI.

Segundo Miranda (2009, p. 40), o *Ratio Studiorum* combinava os estudos humanísticos com os estudos científicos, ou seja, “[...] havia uma combinação da língua e da literatura, da poesia, da história, da retórica e da lógica, com os estudos de Matemática, Geografia, Filosofia, e Ciências Naturais”. Entende-se que dizia respeito, na ocasião, a uma proposta singular, em se tratando de um contexto vinculado a uma ordem religiosa que então saía do período conhecido historicamente como Idade Média (Toishima; Montagnoli; Costa, 2016, p. 3).

No que concerne à discussão aqui proposta, tematizamos neste artigo a história da educação da Unisinos, principalmente a partir da (re)construção do Curso de Pedagogia. Partimos do pressuposto de que toda descrição é seletiva e de que “[...] o objeto de estudo nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis, num dado momento ou num lugar determinado, mas somente alguns aspectos escolhidos” (Veyne, 1998, p. 44). Os fios da trama histórica aqui contada seguem certa linearidade e se entrelaçam em um complexo campo de disputas em torno da identidade do pedagogo. Nossas escolhas respaldam-se no entendimento de que “[...] a história torna-se história daquilo que os homens chamaram verdades e de suas lutas em torno dessas verdades” (Veyne, 1998, p. 268).

Processos para a Compreensão da História de uma Instituição Educativa

Importa historicizar uma instituição educativa? Essa pergunta não era central à História da Educação até meados da década de 1970, quando a historiografia, de um modo geral, foi assolada pelas obras de

Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976), nas quais propõem pensar a escrita da História a partir de novos temas, novos objetos e novos problemas. Para dar conta desse contexto de *novos*, pode-se acrescentar que, a partir da reflexão desses autores, outras metodologias são, igualmente, propostas no contexto acadêmico. Seguindo as tendências iniciadas pelos autores citados, a História das Instituições Educativas se consolida em meio aos processos de transformação pelos quais passou a Historiografia, sobretudo, no segundo quartel do século XX.

Magalhães (2004) afirma que essa História é elaborada à luz de um quadro epistêmico relativo à análise institucional. “Essa análise apreende a realidade educativa como uma totalidade em organização e em construção e decorre da análise de documentos e da interpretação dos mesmos, desse modo precisa levar em conta aspectos objetivos e subjetivos” (Magalhães, 2004, p. 115).

Baseando-nos nas considerações e reflexões do autor, realizamos a recolha de diferentes documentos que pudessem, à medida de cada um, dar conta da legislação em vigência, tanto em âmbito nacional como estadual, trazendo uma visão daquilo que ocorria no País: documentos escritos, relacionados à Companhia de Jesus e à Pedagogia Inaciana; bibliografias que tratam da criação do Colégio e posterior Ginásio Conceição; regimentos, calendários e currículos do Curso de Pedagogia desde a sua fundação; diferentes publicações referentes à Unisinos em livros, opúsculos, variados artigos e, ainda, a memória oral.

Esse conjunto de documentos acrescido da narrativa de uma estudante e, posteriormente, docente da Instituição, possibilitou a produção de uma História com ênfase na formação de quadros para atuar na educação. Durante seu percurso como estudante e, sobretudo, como professora da Unisinos, as memórias do cotidiano institucional da professora Janira Aparecida da Silva, suas experiências, sua atuação, nos seus 48 de profissão, foram fundamentais nesse estudo e na elaboração de uma história. Suas lembranças conferiram dinamicidade aos documentos escritos.

As pesquisas que consideram as memórias de outros uma fonte documental lidam com a nostalgia, o esquecimento, o apagamento de determinados fatos. No entanto, há também recordações detalhadas, minuciosas, sensíveis e vívidas de tantos outros. Embora nos deparemos, por vezes, com a imprevisibilidade, a subjetividade, e o imagético, as narrativas orais são também objetivas, claras, precisas e conferem visibilidade àquilo que está subliminar ao fato registrado no documento escrito. As memórias dão a ver algumas dimensões das “[...] táticas desviacionistas, pois não se definem pelo lugar em que se encontram” uma vez que ilude a estratégia legal (Certeau, 2005, p. 92).

A opção pela narrativa memorialística analisada à luz da História Oral, entendida como metodologia, está em conformidade com as palavras de Magalhães (2004, p. 127). Segundo ele, a memória de uma instituição é feita, muitas vezes, de representações simbólicas; é ritua-

lística e comemorativa; é, porém, antes de tudo, “[...] uma memória integrada nas práticas e nas representações do cotidiano, sobre as quais exerce influência”, pois as instituições educativas tendem a produzir “[...] um conjunto de informações por meio das quais procuram fazer jus aos rituais e à memória que desejam perpetuar”. É com a intenção de compreender esse intrincado processo que produz as identidades institucionais que optamos por articular documentos escritos e orais. O motivo dessa articulação também se justifica pelo fato de que, segundo Ricoeur (2007, p. 156) “[...] não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente”.

Fragmentos de uma História do Curso de Pedagogia da Unisinos a partir do Tripé Ensino/Pesquisa/Extensão²

Em pesquisas realizadas por Rambo (2009), o autor avalia que, ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, em meio à região colonial alemã, no Vale do Rio dos Sinos, havia um número crescente de filhos de colonos, comerciantes e outros profissionais cuja formação elementar, desenvolvida nas escolas comunitárias, já não era suficiente. Havia, ainda, a necessidade de construir pontes capazes de superar a justaposição entre os diferentes grupos étnicos que povoavam a Província de São Pedro e se instalavam nessa região ou em suas proximidades.

Como seria possível desenvolver, apesar das diferenças de todas as ordens, “[...] a consciência de pertencimento a uma cidadania comum a serviço de uma mesma nação?” (Rambo, 2009, p. 19). Seguindo essa reflexão, o autor responde: “[...] para um Jesuíta equivalia a perguntar o óbvio: a educação em instituição de ensino de alto nível [...] e sólida formação humanística” (Rambo, 2009, p. 19).

Em meio a essas condições o Pe. Feldhaus, então pároco de São Leopoldo, inicia as tratativas para compra de um local que possibilitasse o funcionamento de uma instituição de ensino. Em 22 de junho de 1869, ocorre a assinatura do documento de transferência da propriedade para a Companhia de Jesus. Em outubro de 1869, é inaugurado o primeiro colégio jesuíta no Rio Grande do Sul, o Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo (Rambo, 2009).

A Instituição foi pensada, inicialmente, “[...] como seminário para formação de sacerdotes e como seminário para formação de professores para atender as escolas nas comunidades coloniais”, proposta que não se concretizou (Rambo, 2009, p. 20). “Uma decisão tomada em 1877 imprimiria ao Conceição o rumo que se mostraria definitivo até o encerramento de suas atividades em 1912”. Assim, nesse período, na modalidade de internato, “[...] passou-se a apostar na preparação dos alunos para os chamados ‘exames parcelados’, que eram realizados em Porto Alegre” (Rambo, 2009, p. 21). Com o êxito dessa proposta, em 1890,

foi assinado um decreto que conferiu ao Conceição o caráter de *Gynásio equiparado*³.

Em 1913, o arcebispo D. João Becker decidiu transferir a formação de seu clero do Seminário de Porto Alegre para São Leopoldo, “[...] confiando aos Jesuítas a formação filosófica e teológica do clero da arquidiocese recém-criada” (Rambo, 2009, p. 36).

A partir do ano de 1942, é instituído o Colégio Máximo Cristo Rei, em São Leopoldo, “[...] no qual os estudantes Jesuítas passaram a morar gozando de formação Teologia e Filosofia própria” (Rambo, 2009, p. 37).

Embora optemos por certa cronologia e *linearidade* nessa breve narrativa, ressaltamos que muitos foram os percalços, as dificuldades políticas, econômicas e sociais para o percurso que ora historicizamos⁴. Conforme já mencionado, ao contarmos a história do Curso de Pedagogia, partimos da noção de trama e elegemos alguns fios desta tessitura com o intuito de compreendermos de que modo ela se (re)constituiu.

Em 1953 a Sociedade Literária Padre Antonio Vieira funda a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo, germe da Universidade Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, que data de 1969. A Faculdade foi composta por quatro seções – Seção de Filosofia, Seção de Ciências, Seção de Letras e Seção de Pedagogia – e se constituiu a partir de um projeto que tinha, como uma de suas principais finalidades, “[...] formar em nível universitário, quadros culturais compostos de elementos habilitados para o exercício do magistério e das profissões científicas” (Faculdade...; FFCL⁵, 1963, p. 3). A história da instituição, que corresponde a “[...] uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição, em permanente atualização” (Magalhães, 2004, p. 62), reinventa-se a partir do tripé ensino/pesquisa/extensão que se desenha em articulação com a história do Curso de Pedagogia. Tal reinvenção se dá a partir da historicidade da instituição e do Curso, o que implica continuidades, descontinuidades e rupturas. E é justamente nesse sentido que entendemos *tradição e inovação* como dois movimentos interligados, pois um existe em estreita relação com o outro, questão que se evidencia no processo histórico do Curso de Pedagogia da Unisinos.

O Curso de Pedagogia foi autorizado a funcionar pelo Decreto n. 37.150 de 7 de abril de 1955 e iniciou suas atividades no Colégio Cristo Rei em São Leopoldo, apenas para os alunos internos dos jesuítas. Em 1958, com a extensão da Faculdade para os alunos externos, o Curso passou a funcionar nos prédios do antigo Seminário Central (Diretoria...; Surges, 1970). Conforme previsto no Decreto-Lei n. 1.190 de 4 de abril de 1939, o processo de formação de pedagogos tinha por finalidade formar bacharéis e licenciados, de acordo com o modelo 3+1, que consistia em três anos de bacharelado e um ano de licenciatura. Os bacharéis ocupariam os cargos de técnicos de educação e os licenciados poderiam atuar nas Escolas Normais como responsáveis pela formação dos professores primários (Cruz, 2011).

De 1955 a 1962, o currículo do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo foi organizado por:

a) um currículo mínimo composto pelos fundamentos da Educação (Psicologia, Sociologia, História e Filosofia), por Administração Escolar e por mais duas disciplinas que o aluno escolhia entre um conjunto;

b) um currículo complementar composto por Introdução à Pedagogia, Supervisão Escolar, Pesquisa Educacional, Testes e Medidas Educacionais, Secretaria de Estabelecimentos de Ensino, Educação Familiar, Planejamento Educacional, Relações Humanas no Lar e na Escola, História da Educação Brasileira, Higiene Mental na Educação, Problemas Educacionais Brasileiros, Problemas do Adolescente, Problemas da Criança, Legislação do Ensino, Dinâmica e Orientação de Grupos, Doutrina Social Cristã, Teologia Fundamental, Teologia Dogmática, Teologia Moral;

c) matérias optativas do currículo mínimo que não foram incluídas no documento (Faculdade...; FFCL, 1963).

De acordo com o Decreto Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, o Curso de Didática, do esquema 3+1, deveria ter a duração de um ano e seria composto pelas disciplinas de Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação (Cruz, 2011). No caso do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo, para obter o título de Licenciado, o aluno deveria cursar apenas as disciplinas de Didática e Prática de Ensino, pois as demais matérias pedagógicas já estavam incluídas no currículo mínimo do Curso (Faculdade...; FFCL, 1963), o que indica uma concepção diferenciada.

A pesquisa e a extensão, dois eixos do tripé discutido neste artigo, acompanham a história institucional e se articulam, em maior ou menor grau, com os pressupostos curriculares do Curso de Pedagogia. O Regimento de 1963 apresenta o espírito investigativo como uma das finalidades da Faculdade, com o propósito de “[...] promover e estimular a realização de pesquisa científica nos diferentes setores culturais em que se desdobra o ensino que ministra” (Faculdade...; FFCL, 1963, p. 3).

Entre os objetivos dos departamentos, que eram órgãos técnicos de caráter consultivo, regulados pelo Regimento da Faculdade, destacam-se a unificação da ação didática nas diversas disciplinas, ou cursos afins, e o estímulo à pesquisa entre os professores e alunos da Faculdade (Faculdade...; FFCL, 1963). É possível evidenciar, dentro do currículo, disciplinas voltadas à pesquisa na área educacional. Segundo a Professora Janira Silva (2016, entrevista), o Trabalho de Conclusão nasceu, no Curso de Pedagogia da FAFI, como uma resposta a um dos princípios da *Ratio Studiorum* que era a produção da síntese. Na sua narrativa, informa:

[...] na minha época [...] isso era muito presente em termos de trabalho de conclusão e de pesquisa. Eu tive duas disciplinas de pesquisa [...] e ali era uma outra abordagem de pesquisa do que é hoje, mas tinha toda essa questão da pesquisa enquanto metodologia para garantir uma síntese integradora (Silva, 2016, entrevista).

A síntese, citada por Silva, é uma das etapas da Pedagogia Inaciana que “[...] deve incluir a análise, a repetição, a reflexão ativa e a síntese; deve combinar ideias teóricas com suas aplicações práticas”, de modo que “[...] não é a quantidade de matéria tratada que é importante, mas antes, uma formação sólida profunda e básica (*‘Non multa, sed multum’*)” (Documenta S.J. - 4, 1987, p. 52).

Na sequência, a professora Janira mencionou a dimensão da relação Faculdade/comunidade nos anos 1960, época na qual concluiu o curso de Pedagogia e foi convidada a integrar o corpo docente da instituição. Suas memórias nos remetem à articulação ensino/extensão, uma vez que ela relembra a enchente de 1965⁶, a qual ocorreu em São Leopoldo, bem como o trabalho desenvolvido nas áreas de educação e saúde por um grupo (do qual fazia parte) liderado pelo jesuíta italiano Domingos Mianulli.

Entre os anos de 1939 e 1962, o Curso de Pedagogia no Brasil seguiu formando técnicos de educação e professores para o ensino secundário e para as Escolas Normais; porém, o campo de atuação dos egressos era impreciso. A identidade do pedagogo foi alvo de inúmeros debates e sua extinção foi cogitada entre educadores e legisladores – questão que não se concretizou, principalmente em função de a Escola Normal cumprir o seu papel de formação de professores primários, sendo que ascender essa formação para o nível superior representava um projeto educacional ambicioso (Cruz, 2011).

Em 1962, o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n. 251 estabeleceu um novo marco legal do Curso de Pedagogia, fixou um currículo mínimo e legislou sobre a duração do Curso. No mesmo ano, o CFE lançou o Parecer n. 292, de 14 de novembro de 1962, que fixava as matérias pedagógicas para a Licenciatura (Cruz, 2011). O esquema 3 + 1 deixou de vigorar, porém o Curso de Pedagogia continuou dividido entre bacharelado e licenciatura⁷.

Ao mesmo tempo em que o professor primário seria formado em grau médio, o curso de Graduação formaria professores para atuarem no Curso Normal e profissionais para atuarem nas funções não docentes do Setor Educacional. Na mesma época, o Parecer do CFE n. 251/62 (apud Cruz, 2011) previa que, na medida em que os professores do Ensino Primário estivessem formados em grau médio, cursariam a Graduação em Pedagogia, assim como a formação do pedagogo/especialista se daria no âmbito da Pós-Graduação e seria aberta aos bacharéis e licenciados de quaisquer cursos na área da educação.

Deste modo, é possível perceber que o Curso de Pedagogia vai se redesenhando a partir das políticas educacionais dos diferentes perío-

dos, e as questões sobre docência e pedagogia/educação, de modo mais amplo, entrelaçam-se ao longo de toda a história do Curso. O processo na Unisinos se desenvolveu a partir daquilo que estava acontecendo no âmbito nacional.

Com a Reforma Universitária de 1968, a seção de Pedagogia das Faculdades de Filosofia deixa de existir e se constitui a Escola de Educação⁸. Em 1969, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos foi autorizada a funcionar pelo Decreto Lei 722, de 31 de julho de 1969. No regimento da instituição, consta: “Instalada solenemente no dia 10 de dezembro do mesmo ano, iniciou, em começos de março de 1970, todas as atividades escolares com estrutura adaptada às normas da Reforma Universitária de 1968” (Diretoria...; Surges, 1970, p. 26). Em 1970, foi publicado um fascículo que informava os principais fatores históricos que levaram a Sociedade Antônio Vieira (Associação..., 2016)⁹ a criar a Unisinos em São Leopoldo. O então reitor Prof. Dr. Oscar Nedel situou o papel da Universidade no contexto desenvolvimentista da época:

O Brasil está fazendo um esforço hercúleo para o desenvolvimento. O Governo reconheceu que uma das molas decisivas desse crescimento é a educação em todos os níveis, propondo-se aumentar em 80% o número de universitários no período de 1970 a 1973 (Diretoria...; Surges, 1970, p. 5).

Dentre os objetivos da Universidade, constava “[...] a expansão como uma decorrência do desenvolvimento da Região do Vale do Rio dos Sinos” (Diretoria...; Surges, 1970, p. 13). De um modo geral, o fascículo apresentava a estrutura acadêmica, que havia sofrido profundas transformações – a partir do Curso de Pedagogia, foi criada a Escola de Educação, cuja instalação oficial se deu no dia 19 de dezembro de 1969 –, as atividades no setor de pesquisa e a prestação de serviços à comunidade (Diretoria...; Surges, 1970).

Um dos grandes objetivos da Escola de Educação era “[...] tornar-se um centro de renovação do ensino em toda a Universidade e da região” (Diretoria...; Surges, 1970, p. 41). Para tal, além do Curso de Pedagogia, que formava orientadores educacionais, administradores e supervisores escolares¹⁰, a Escola de Educação contava com uma biblioteca pedagógica integrada à Biblioteca Central, um Museu Pedagógico – que, nos anos 1970, já reunia um acervo de livros antigos/raros – e o Curso de Didática Superior para os Professores da Unisinos (Diretoria...; Surges, 1970).

Importa pontuar que o setor de pesquisa da Escola de Educação, que era incentivado na disciplina *Teoria e Prática de Pesquisa de Campo*, já estava bastante desenvolvido, sendo que muitos trabalhos finais dos formados em Pedagogia eram publicados na Revista Estudos Leopoldenses (Diretoria...; Surges, 1970). Nos documentos institucionais da época, fica claro que as pesquisas de campo tinham como finalidade

conhecer as condições e necessidades da região para atender às demandas da comunidade.

Nesse processo, percebe-se que o tripé ensino, pesquisa e extensão ocorre articulado ao ensino propriamente dito. Deste modo, paulatinamente se consolida a institucionalização da pesquisa e da extensão.

Em 1969, o Parecer do CFE n. 252, de 11 de abril de 1969, também de autoria do professor Valnir Chagas, acompanhado da Resolução CFE n. 2/1969, manteve, no Curso de Pedagogia, a formação de professores para o Ensino Normal e introduziu oficialmente as habilitações para formação dos especialistas que atuariam em planejamento, supervisão, administração e orientação, áreas que passaram a ser um meio de identificar o pedagogo (Cruz, 2011). De acordo com o referido parecer, “[...] o Curso de Pedagogia passou a conferir apenas o grau de licenciado, abolindo o de bacharel, pautado pelo núcleo central do curso que focava o pedagógico a serviço da docência” e, ainda, “[...] a Didática, antes uma seção e, portanto, um curso à parte, se tornou disciplina obrigatória do Curso” (Cruz, 2011, p. 48).

Frente a essas alterações, nos anos 1970, o Curso de Pedagogia da Unisinos possibilitava a escolha por uma das seguintes Habilitações: Curso de Pedagogia: Magistério e Habilitação Específica em Orientação Educacional; Curso de Pedagogia: Magistério e Habilitação Específica – Administração Escolar; Curso de Pedagogia: Magistério e Habilitação Específica – Supervisão Escolar.

Os currículos eram organizados a partir de um conjunto de disciplinas comuns e de um conjunto de disciplinas específicas de cada uma das habilitações. As disciplinas comuns versavam sobre:

- a) um Ciclo Geral;
- b) os Fundamentos da Educação, precedidos por discussões sobre Sociologia, Filosofia e Psicologia em nível geral – totalizando 15 disciplinas;
- c) um conjunto de disciplinas sobre o contexto escolar e a prática pedagógica.

Nessa proposta curricular, todos os alunos cursavam o *tronco comum*, que os credenciava ao exercício da docência no antigo 2º Grau Normal e, depois, optavam por uma das Habilitações que preparava o profissional não docente, licenciando-se em Pedagogia.

É nesse período que, oficialmente, o Trabalho de Conclusão de Curso passa a integrar os currículos, pois se compreendia que

A tarefa do aluno na UNISINOS inicia com o estudo e a demonstração de capacidade para aprender os conhecimentos básicos da profissão escolhida. E, aos poucos, sob orientação dos professores, o estudante recebe uma iniciação metodológica para a pesquisa científica. Para a conclusão do curso deverá apresentar uma dissertação com os resultados de uma pesquisa pessoal original, onde

mostrará a habilidade em lidar com dados científicos, teorias, conceitos, estatística e outros elementos de Filosofia ou cultura (Diretoria...; Surges, 1970, p. 78).

Retomando as questões abordadas até esse momento, percebe-se que a pesquisa, o ensino (formação) e a extensão (relação com a comunidade) se consolidam. Esse processo é perceptível nos objetivos da instituição mencionados na *Agenda Unisinos 1970*: “A Universidade do Vale do Rio dos Sinos tem como objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e formação de profissionais de nível universitário, a serviço da comunidade, na sua área geoe educacional” (Giehl, 1970, p. 14).

O Parecer do CFE n. 252, de 11 de abril de 1969, vigorou até a aprovação da LDB n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O final dos anos 1970 e o início da década de 1980 foram marcados por inúmeras críticas ao Curso de Pedagogia – fragmentação da formação e seu forte caráter tecnicista, ênfase na divisão técnica do trabalho na escola – e por um movimento em prol de sua renovação – defesa das concepções da Base Nacional Comum na formação dos profissionais da educação e docência como foco da formação do educador (Cruz, 2011).

Inserida nesse contexto, a Unisinos fez alguns movimentos em relação ao Curso de Pedagogia, dentre os quais se destacam os seguintes processos:

a) Em 1977, ocorreu a inclusão de uma disciplina que contemplava as discussões sobre a escola primária e a retirada das habilitações na formação inicial do pedagogo. O aluno formado titulava-se em Pedagogia e podia retornar posteriormente para fazer uma das habilitações. Segundo a Professora Janira Silva, nos primeiros anos da década de 1970, intensificou-se a procura pelo Curso de Pedagogia em função do Plano de Carreira dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, que previa a formação em nível Superior;

b) De 1977 a 1986, realizaram-se discussões sobre a docência como base da formação do pedagogo, sendo que, em 1986, implantou-se o novo currículo, que “[...] oportunizava a aquisição integrada das habilitações em magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau e formação de professores para as séries iniciais do 1º grau” (Fabris; Dal’igna; Klaus, 2013, p. 46). O currículo abordava, portanto, Didática da Alfabetização, Educação Infantil, Didática de Ciências, Didática de Estudos Sociais e Didática da Matemática (Silva, 2016, entrevista).

As discussões realizadas neste período, que resultaram no currículo implantado a partir de 1986, foram bastante intensas e buscaram apoio nos debates do Comitê Pró-Participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura, criado em 1980 durante a 1ª Conferência Brasileira de Educação na PUC de São Paulo.

Em 1983, constituiu-se a Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores – CONARCFE – que, a partir de

1990, transformou-se na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE.

O entendimento sobre a identidade do pedagogo como algo atrelado basicamente à docência gerou e segue gerando inúmeras controvérsias. No documento final do VI Encontro Nacional da ANFOPE, realizado em 1992, dentre as preocupações e recomendações, constava a seguinte questão:

[...] ao se considerar a Pedagogia uma licenciatura isto não representaria um empobrecimento em relação à própria identidade do pedagogo? Como fica a formação deste profissional para atuar ao nível dos sistemas que definem as políticas educacionais e para a pesquisa em educação? (ANFOPE, 1992, p. 32).

Na Unisinos, no ano de 1998, o Curso de Pedagogia sofre modificações como modo de “[...] adequá-lo às novas circunstâncias tanto internas ou institucionais quanto externas, legais ou socioculturais” (Mädche et al., 1998, p. 3). No novo currículo do Curso, o aluno, após a conclusão de um conjunto de créditos, optava por uma das ênfases: Séries Iniciais, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação na Empresa, Ensino Religioso (Mädche et al., 1998). Dentre as justificativas da mudança curricular, destacam-se:

a) a imposição da “[...] presença da Pedagogia como campo inédito de trabalho para os educadores nos Movimentos Sociais e nas Empresas” (Mädche et al., 1998, p. 4);

b) a constatação de espaços de atuação para o pedagogo a partir da análise de relatórios de Prática de Ensino e Trabalhos de Conclusão;

c) a atuação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, que possibilitava repensar o contexto a partir dos avanços obtidos pelas Ciências da Educação;

d) a estrutura do Centro de Ciências Humanas, que havia introduzido, em sua organização, núcleos de pesquisa e extensão, os quais ofereciam suporte para repensar o currículo, fortalecendo-se o ensino (Mädche et al., 1998).

Tendo em vista essa concepção de formação, o tripé ensino/pesquisa/extensão sustenta a base da dinâmica curricular. O documento *Currículo do Curso de Pedagogia* caracteriza “[...] a pesquisa como ‘o cotidiano mais cotidiano’, a docência, a pesquisa e a extensão, interagindo integradamente, como princípio educativo, possibilitam novos olhares para a formação do educador” (Mädche et al., 1998, p. 6).

Segundo Follmann (2014), desde meados da década de 1990, a Unisinos viveu um processo de planejamento estratégico com diversos movimentos consecutivos, cujo objetivo é o rompimento com a cultura *departamentalizante*. Um dos desafios da agenda institucional é repensar a extensão universitária, o que “[...] significa, sobretudo, repensar a

sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem e o conceito de laboratório [...]” (Follmann, 2014, p. 37).

Nesse contexto de reestruturação institucional dos anos 1990, foram criados o Programa de Pós-Graduação em Educação, em 1994, e, em 1991, o Serviço de Avaliação Interdisciplinar – SAI, atualmente chamado Programa de Educação e Ação Social – EDUCAS. Na sequência, abordamos brevemente cada um deles.

Na lógica de consolidação do tripé anteriormente citado, em 1994, foi legitimado o Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Para essa finalidade, contratou-se, em 1992, a professora Rute Vivian Ângelo Baquero, que seria sua primeira coordenadora. Aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a professora Rute contava com uma longa trajetória em ensino e pesquisa.

No sentido de compreender os meandros desse processo, além dos documentos oficiais, esta pesquisa contou com as memórias da professora Rute.

Nas palavras de Baquero (2016, entrevista),

[...] a Unisinos já tinha PPG [em nível de mestrado], nas áreas de História e de Geologia. Tinha o CEDOPE – Centro de Documentação e Pesquisa em Educação Popular – muito reconhecido e que desenvolvia, além da pesquisa, cursos de especialização em educação popular.

A partir desse contexto institucional, colocou-se o desafio de refletir sobre qual seria o foco do Programa que no momento seria implementado. Por meio de uma análise coletiva das questões que envolviam o Brasil, à época, definiu-se que o eixo norteador das pesquisas seria a Educação Básica; após essa decisão, muitas ações precisariam ser definidas. Ao final do processo de organização do Projeto, a proposta era de

[...] formar mestre, entendido como alguém capaz de ler pesquisa e que poderia/deveria vir a fazer pesquisa, integrando-se a grupos de pesquisa. [...] Um bom mestre é aquele que lida com docência e pesquisa, no sentido de ser capaz de localizar produção científica e entender essa produção, visando a qualificação do seu ensino ou sua ação educativa, num movimento social ou em outro serviço junto à comunidade. Essa era uma primeira discussão que foi feita (Baquero, 2016, entrevista).

Segundo a Professora, nesse contexto, constituiu-se um grupo que “[...] foi se construindo na relação de trabalho, seus integrantes aprendendo uns com os outros” (Baquero, 2016, entrevista).

Em vinte e dois anos de existência, o Programa procurou acompanhar as demandas sociais; para tanto, sofreu transformações: consolidou-se como programa de excelência e ampliou seu foco para o Ensino Superior. Acreditamos que a iniciativa de implementação de um Programa de Pós-Graduação em Educação inaugurou, na Instituição, uma forma singular de compreender um processo que estabelece o vínculo entre ensino e pesquisa.

Com relação ao SAI, seu objetivo inicial era avaliar e atender crianças deficientes ou com problemas de aprendizagem da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo (Silva, 2016). A proposta do SAI era interdisciplinar e envolveu, inicialmente, três Cursos de Graduação: Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, sendo que este último deixou de compor o setor ainda na década de 1990 (Silva, 2016). Em 1995, o SAI reformulou sua proposta e, além do atendimento que vinha realizando com as crianças e famílias, passou a trabalhar com a própria escola. Nos anos de 1999 e 2000, o SAI passou a ser um serviço vinculado ao Centro de Ciências Humanas e ao Curso de Pedagogia. Nesse período, a proposta do serviço foi repensada a partir do tripé ensino/pesquisa/extensão, aspecto evidenciado no excerto abaixo:

Nosso desejo é ampliar este espaço para que o Curso de Pedagogia, especialmente, tenha aqui seu campo de pesquisas, por serem o ensino e a aprendizagem, de forma especial, seu objeto de estudo [...] Tornar o SAI um centro de pesquisas e de assessorias às escolas sobre o processo de ensino e aprendizagem é uma possibilidade que acreditamos ser necessária e produtiva para uma universidade que deseja estar próxima de sua comunidade (Fabris; Saldanha, 2000, p. 45).

O SAI, em 2000, passa a ser denominado Serviço Interdisciplinar de Atendimento e Pesquisa em Ensino e Aprendizagem (SIAPEA). Em 2006, o SIAPEA sofreu novas mudanças e passou a chamar-se Programa de Educação e Ação Social (EDUCAS) (Silva, 2016). O EDUCAS redimensiona seu trabalho, mantém sua articulação com o Curso de Pedagogia e estabelece relações com o Programa de Pós-Graduação em Educação, por meio do Curso de Especialização Educação Inclusiva e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Inclusão (GEPI) (Silva, 2016).

O EDUCAS, incorporado ao Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia em 2011 (Fischer et al., 2011), realiza desde 1991 um trabalho que possibilita repensar os processos de ensino e de aprendizagem com crianças consideradas e encaminhadas pelas escolas enquanto *não aprendentes*. As discussões e intervenções planejadas e realizadas no âmbito do Programa possibilitam problematizar os discursos sobre aprendizagem e não aprendizagem, sobre sucesso e fracasso escolar, a partir de estudo, pesquisa e intervenção com as famílias, com os estudantes e com as escolas.

Esse Programa, articulado ao processo de formação dos alunos do Curso de Pedagogia, tem contribuído e ressignificado a prática pedagógica. As ações desenvolvidas podem ser traduzidas como inovações na área da educação. Na visão de Nóvoa, o principal problema da Pedagogia é “[...] conseguir ensinar aqueles que não querem aprender. Dito de outro modo: ensinar os que querem aprender nunca foi um problema. Ensinar os que não querem aprender, isso sim, é a [...] [responsabilidade] da pedagogia” (Nóvoa, 2011, p. 538).

No caso do EDUCAS, o principal desafio é o de trabalhar com os sujeitos posicionados como *não aprendentes*, partindo do pressuposto de que essas posições podem ser desnaturalizadas pela escola, pela família e pelo sujeito, a partir da criação de práticas de ensino e de aprendizagem.

Em 2004, a Universidade iniciou um processo de mudança das licenciaturas, ocasião na qual o Curso de Pedagogia implantou um novo currículo que teve

[...] como base de formação a docência nas fases iniciais da Educação Básica – Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos), seguida por um aprofundamento específico, escolhido pelo acadêmico ao ingressar na Universidade, em uma das seguintes habilitações: Gestão e Supervisão de Processos Educativos, Educação Especial ou Pedagogia do Trabalho (Currículo do curso de Pedagogia, 2005, p. 3).

Apoiado no documento de *Reformulação dos Cursos de Licenciatura* da Unisinos e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006, o Curso de Pedagogia foi revisado no mesmo ano, destinando-se “[...] à formação de professores para exercer as funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (crianças, jovens e adultos)” (Currículo do curso de Pedagogia, 2007, p. 4). Ainda consideramos singular a organização curricular, que de alguma maneira, retoma um dos princípios da Pedagogia Inaciana, que é a *síntese integradora*. Esse aspecto pode ser visibilizado na medida em que o Curso se estrutura em Programas de Aprendizagem – espaços temáticos – que tinham a pesquisa e a ação investigativa como eixos estruturantes (Currículo do curso de Pedagogia, 2007).

Em 2011, institui-se outro Projeto Político-Pedagógico do Curso (Fischer et al., 2011) e outro currículo, sendo que ambos se baseiam em uma intensa discussão a partir das questões *Quem é o pedagogo? O que faz? Como e onde pode atuar?* Os documentos preveem uma disciplina introdutória *Pedagogia: cenários da carreira*, que analisa a constituição da identidade do Pedagogo na Contemporaneidade, bem como possibilidades de carreira na área da Pedagogia enquanto a Ciência que “[...] inventa as práticas educativas e seus processos” (Fabris; Dal’igna; Klaus, 2013, p. 12). As discussões realizadas ao longo da Atividade Acadêmica partem do pressuposto de que

[...] os conceitos de ‘profissão’, de ‘Pedagogia’, de ‘identidade profissional’, de ‘profissionalização’ e de ‘profissionalismo’ não podem ser compreendidos como categorias definidas *a priori*, pois seus significados são múltiplos e estão relacionados a contextos culturais e históricos específicos (Fabris; Dal’igna; Klaus, 2013, p. 62).

Na sua proposta pedagógica, o Curso de Pedagogia conquista uma sedimentação que dá ênfase aos projetos de ensino, pesquisa e extensão, quais sejam: o EDUCAS, já apresentado anteriormente, criado em 1991; a UNIBRINC, que, desde 2008, desenvolve ações com alunos e professores de educação infantil e acadêmicos; o PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – a partir do Projeto, vigente desde 2010, intitulado *UNISINOS: Universidade e escola na qualificação da docência na educação básica* e do Subprojeto do Curso de Pedagogia *Pedagogia e práticas alfabetizadoras*.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, base do atual currículo, não extinguem as polêmicas em torno da identidade do pedagogo. Com o intuito de refletir sobre algumas possibilidades de pensar o *amanhã* do Curso de Pedagogia, finalizamos esta seção com algumas propostas:

a) Tencionar e rediscutir permanentemente as identidades do pedagogo, ou seja, o entendimento de que “[...] a docência como base, tanto da formação quanto da identidade dos profissionais da educação, insere-se na sua compreensão como ato educativo intencional voltado para o trabalho pedagógico escolar ou não escolar” (Scheibe, 2007, p. 59); da mesma forma, proporcionar a compreensão de que “[...] todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente [...]” (Libâneo, 2010, p. 39), o que implica a percepção da Pedagogia enquanto Ciência da Educação;

b) Compreender a complexidade da atividade docente nos dias atuais e o desprestígio da profissão. Em estudo sobre a atividade da carreira docente, Gatti (2009, p. 11) destaca algumas questões que dificultam a escolha da profissão professor:

[...] a massificação do ensino, a feminização no magistério, as transformações sociais, as condições de trabalho, o baixo salário, a formação docente, as políticas de formação, a precarização e a flexibilização do trabalho docente, a violência nas escolas, a emergência de outros tipos de trabalho com horários parciais. Aspecto que merece destaque diz respeito ao aumento das exigências em relação à atividade docente na atualidade. O trabalho do professor está cada vez mais complexo e tem exigido uma responsabilidade cada vez maior. As demandas contemporâneas estabelecem uma nova dinâmica no cotidiano das instituições de ensino que reflete diretamente sobre o trabalho dos professores e sua profissionalidade.

Tais desafios possibilitam a rediscussão do processo de formação de pedagogos e a necessidade de profissionalização docente, conforme já discutido anteriormente.

Considerações Finais

Um excerto, particularmente, inspira-nos a pensar as questões relativas ao amanhã de uma instituição de ensino superior:

O futuro, de fato, não é uma realidade pronta que está por deslocar-se no tempo para chegar a ser nosso presente como um *Explorer*, que, depois de ter cumprido sua missão investigativa ingressa na Terra. O futuro não é uma espécie de *fatalidade*, cujo conhecimento devemos e queremos antecipar para estar mais preparados a recebê-lo e dominá-lo. O Futuro deve ser preparado e construído e aí pode estar à validade das nossas reflexões sobre sua possível *realidade* (Remolina, 2005, p. 7).

Em acordo com Remolina, acreditamos que o amanhã precisa ser preparado. Que maneira melhor de fazê-lo senão a partir de uma análise decorrente da História da Educação? Essa não é importante

[...] porque nos fornece a memória dos percursos educacionais [...] mas porque nos permite compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das ideias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social (Nóvoa, 1992, p. 211).

A construção social da UNISINOS foi baseada no tripé ensino/pesquisa/extensão, aqui tematizada nas reflexões sobre o currículo da pedagogia, as vertentes de ensino, pesquisa e extensão EDUCAS, UNIBRINC e PIBID, bem como a pesquisa que se materializa com a implementação de um Programa de Pós-Graduação em Educação. O objetivo desse estudo, portanto, não foi construir uma História descritiva, revestida de certa exemplaridade, pouco útil para analisar rupturas geracionais e (des)continuidades de determinada cultura escolar, aqui tomada em nível superior e vinculada a uma ordem religiosa.

A pretensão foi interrogarmos sobre o ritmo das transformações na educação pautadas em um processo de construção curricular que agregou os elementos da Pedagogia Inaciana e as exigências de articular tradição/ inovação em distintos tempos, partindo de uma atitude crítica e contextualizada dos fenômenos educacionais. Importa pensar que a História que produzimos tem múltiplas dimensões: ainda que essa instituição tenha sido baseada em uma tradição milenar, apostou em formas de mobilidade singulares como maneira de sustentar as demandas da Contemporaneidade.

Acreditamos que vale retomar o conceito de tradição com o qual iniciamos esse texto; nele, afirma-se que a tradição pode ser entendida “[...] como algo do passado de valor incomum para o presente e, presumivelmente, para o futuro” (Outhwaite; Bottomore, 1996, p. 777). Esse conceito, aliado ao entendimento de Magalhães sobre as pesquisas que tratam das instituições de ensino, permite-nos a reflexão sobre as possibilidades de compreensão de um sistema de educação que perdura a mais de um século.

Foi fundamental o embasamento em Magalhães (2004) para compreendermos um processo de análise que considera os compromissos

sociais de uma instituição confessional, seus modos de regulação, suas normas e as representações por ela produzidas ao longo dessa temporalidade na comunidade em que atua. Da mesma forma, sua obra foi pertinente para avaliarmos a tradição que a instituição carrega sem sucumbirmos a uma banalização da inovação que, nos últimos anos em termos sociais, apresenta-se carregada de modismos.

Nesse sentido, como leigas que somos, apoiamo-nos nos estudos do jesuíta, Padre Gerardo Remolina, que, por meio de suas reflexões, permite-nos pensar que a aliança entre *tradição* e *inovação* está na possibilidade de olharmos para a segunda, analisando as condições de direcioná-la de forma a explorar as tendências, sem, no entanto esquecermo-nos da primeira a modo de continuidade – com uma finalidade criativa sim, mas sem deixar de olhar para as marcas de uma referência primeira que é, em última análise, o humanismo articulado a um caráter científico, característico dos primórdios da Companhia de Jesus e registrado no *Ratio Studiorum*.

Recebido em 25 de agosto de 2016
Aprovado em 22 de outubro de 2016

Notas

- 1 A *Ratio Studiorum* é um documento que remonta às Constituições da Companhia de Jesus, elaborada por Inácio de Loyola e colocada em vigor em 1552, cuja última versão é de 1599. A sua IV parte, dedicada à educação, traz as linhas mestras da organização didática e o espírito da atividade pedagógica da Ordem.
- 2 Para a construção deste artigo foram utilizados os seguintes documentos: Catálogo Unisinos. São Leopoldo: Sociedade Antônio Vieira, 1971; Documenta S. J. - 12. Pedagogia Inaciana: uma proposta prática. São Paulo: Edições Loyola, 1994; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo. FFCL. Calendário Escolar. São Leopoldo, 1964; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo. FFCL. Calendário Escolar. São Leopoldo, 1965; Secretariado de Justiça Social e Ecologia da Cúria da Companhia De Jesus. A promoção da justiça socioambiental na Educação Superior Jesuíta. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015; Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Base de Dados Histórico dos Cursos e da Universidade. São Leopoldo: Unisinos, S/D.
- 3 Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1891, Benjamin Constant estabeleceu o Ginásio Nacional como modelo e padrão do ensino secundário a ser ministrado em todo o país e instituiu a obrigatoriedade dos exames de madureza, que ofereceriam aos alunos o certificado de conclusão do ensino secundário, permitindo-lhes candidatarem-se ao ensino superior.
- 4 Para aprofundamento sobre a História do Ensino Jesuíta no RS, ler Rambo (2009).
- 5 Trata-se do Regimento, de 1963, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo. Neste artigo, toda vez que o documento for de autoria da Faculdade ou da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, utilizaremos as siglas FFCL e UNISINOS.
- 6 A enchente de 1965 marcou a história de São Leopoldo e, após sua ocorrência, com auxílio do governo da Alemanha, foi idealizado um projeto para proteção

contra as cheias no município de São Leopoldo, com recursos do Governo da Alemanha, governo federal e estadual. No período de 1974, iniciaram as obras, com a construção do dique de terra e muro de concreto na margem esquerda do rio, para proteger parte das áreas alagadiças do Rio dos Sinos' (Semae, 2016, s/p).

- 7 Segundo Cruz (2011, p.38), o Curso seguiu 'formando profissionais para atuar como técnico de educação ou especialista de educação ou administrador de educação ou profissional não docente do setor educacional, além do professor de disciplinas pedagógicas do Curso Normal' (Cruz, 2011, p. 38).
- 8 A Escola de Educação foi criada em 1969 a partir do Curso de Pedagogia. Posteriormente, a partir de mudanças institucionais, o Curso passou a integrar o 'Centro de Educação', o 'Centro de Ciências Humanas' e, atualmente, a 'Escola de Humanidades'.
- 9 'Fundada em 4 de novembro de 1899, a ASAV é uma entidade sem fins lucrativos, vinculada à Companhia de Jesus, e atua como uma das faces civis da Província dos Jesuítas do Brasil. Ela tem por finalidade a promoção e o desenvolvimento da educação, a difusão da fé e ética cristãs preconizadas pela Companhia de Jesus' (Associação..., 2016, s/p). A ASAV é a mantenedora de 22 entidades de Assistência Social e instituições de ensino, dentre as quais se enquadra a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.
- 10 Tal mudança será explicitada na sequência.

Referências

- ANFOPE. **Documento Final do VI Encontro Nacional**. Belo Horizonte, 1992.
- ASSOCIAÇÃO Antônio Vieira. **Institucional**: associação Antônio Vieira. Disponível em: <<http://www.asav.org.br/associacao-antonio-vieira/>>. Acesso em: 01 set. 2016.
- BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Entrevista. Porto Alegre, 2016.
- BRASIL. Decreto n. 37.150 de 07 de Abril de 1955. Concede autorização para funcionamento de curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia Cristo-Rei. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 maio 1955.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 722 de 31 de Julho de 1969. Autoriza o funcionamento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 ago. 1969. P. 6585.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto-Lei n. 1.190 de 04 de Abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 06 abr. 1939. P. 7929.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. P. 27833.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CORAZZA, Sandra Mara. Nos Tempos da Educação: cenas da vida de uma professora. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 13, n. 12, p. 7-10, mar. 2005.
- CRUZ, Gisele Barreto da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

- CURRÍCULO do Curso de Pedagogia. **1220 e 1224 – Currículo 2**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- CURRÍCULO do Curso de Pedagogia. **Magistério da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- DIRETORIA da Sociedade Universitária da Região Geo-Educacional dos Sinos – SURGES (Org.). **História – Estrutura – Campus**. Redator: Luiz Marobin. São Leopoldo: Unisinos, 1970.
- DOCUMENTA S.J. – 4. **Características da Educação da Companhia de Jesus**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- FABRIS, Eli Terezinha Henn; DAL'IGNA, Maria Cláudia; KLAUS, Viviane. **Pedagogia: cenários da carreira**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.
- FABRIS, Eli Terezinha Henn; SALDANHA, Letícia. SAI – Serviço de Avaliação Interdisciplinar: um espaço para a pesquisa, o ensino e a aprendizagem. In: BEMVENUTI, Vera Lúcia. **Cadernos de Extensão I**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000. P. 37-46.
- FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo. FFCL. **Regimento**. São Leopoldo, 1963.
- FISCHER, Maria Cecília Bueno; DAL'IGNA, Maria Cláudia; FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt; GUEDES, Betina da Silva; FABRIS, Eli Terezinha Henn; SILVA, Janira Aparecida da; REDIN, Marita Martins; LOPES, Maura Corcini; DAZZI, Mirian Dolores Baldo; URMERSBACH, Regina. DAUDT, Sonia Isabel Dondonis. **Reformulação do Projeto Político-Pedagógico: Curso de Licenciatura em Pedagogia**. São Leopoldo: Unisinos, 2011.
- FOLLMANN, José Ivo. Dialogando com os Conceitos de Transdisciplinaridade e de Extensão Universitária: caminhos para o futuro das instituições educacionais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 23-42, jan./jun. 2014.
- GATTI, Bernardete. **Atratividade da Carreira Docente no Brasil: relatório preliminar**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009.
- GIEHL, Alcides Mário. Comissão de Currículos e Aconselhamento (Colaborador). **Agenda Unisinos 70**. São Leopoldo: Unisinos, 1970.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2010.
- MÄDCHE, Flávia Clarici; KNIJNIK, Gelsa; SILVA, Janira Aparecida da; LARA, José Jacinto; KNAUTH, Maristela Riva; VARELLA, Noely Klein (Responsáveis pela reformulação do Currículo do Curso de Pedagogia). **Currículo do Curso de Pedagogia**. São Leopoldo: Unisinos, 1998.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MIRANDA, Margarida. **Código Pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus**. Campo Grande: Esfera do Caos, 2009.
- NÓVOA, António et al. Pesquisa em Educação como Processo Dinâmico, Aberto e Imaginativo: uma entrevista com António Nóvoa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 533-543, maio/ago. 2011.
- NÓVOA, António. Inovação e História da Educação. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 210-220, 1992.

- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- RAMBO, Arthur Blásio. **Um Sonho e uma Realidade**: Unisinos: 1953-1969. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
- REMOLINA, Gerardo. O Futuro da Tradição Jesuíta. In: BARREIRO, Álvaro; REMOLINA, Gerardo. **Sobre a Tradição Educativa e a Espiritualidade Jesuítas**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- RICOEUR, Paul. **A Memória a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SCHEIBE, Leda. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia: trajetória longa e inconclusa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007.
- SEMAE. Histórico. 2016 Disponível em: <http://www.semae.rs.gov.br/novo/conteudo_semae.php?menuv=2#48>. Acesso em: 01 set. 2016.
- SILVA, Janira Aparecida da. Entrevista. Porto Alegre, 2016.
- SILVA, Miriã Zimmermann da. **Percursos de Formação Profissional de Estagiárias de Pedagogia em um Serviço de Apoio Especializado (1995-2015)**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- TOISHIMA, Ana Maria da Silva; MONTAGNOLI, Gilmar Alves; COSTA, Célio Juvenal. Algumas Considerações sobre Ratio Studiorum e a Organização da Educação nos Colégios Jesuíticos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSOS CIVILIZADORES: 'CIVILIZAÇÃO, FRONTEIRAS E DIVERSIDADE', 14., 2012, Dourados. **Anais...** Dourados, 2012.
- VEYNE, Paul. **Como de Escreve a História**: Foucault revoluciona a história. Brasília: UNB, 1998.

Luciane Sgarbi Santos Grazziotin possui Doutorado em Educação, ênfase em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Fez doutorado sanduíche na Universidade Clássica de Lisboa sob a orientação do professor Rogério Fernandes. Atualmente é professora na graduação e no Programa de Pós-Graduação da escola de Humanidades da Unisinos.

E-mail: lsgarbi@unisinos.br

Viviane Klaus possui Doutorado e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente é professora do Curso de Pedagogia e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Gestão Educacional da Unisinos.

E-mail: viviklaus@unisinos.br